

II. A África para além do Africanismo

O Outro e o Algueres

Num apontamento célebre do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, J.J. Rousseau escreve:

"Há trezentos ou quatrocentos anos que os habitantes da Europa inundam o resto do mundo e publicam sem cessar livros de viagens e de relações. Mas estou convencido que os únicos homens que conhecemos são os europeus; e parece, pelos preconceitos ridículos que ainda subsistem, mesmo entre os letrados, que cada um não faz mais, sob o nome pomposo de estudo do homem, que o estudo dos homens do seu país."

Nada parece resumir melhor o estado da questão do Outro no momento em que, em pleno século das Luzes, se restitui ao "homem selvagem" a dignidade de um objecto completo de conhecimento designando-o como objecto etnológico. Para numerosos espíritos dessa época, como para outros no futuro, é com certeza deste homem que há algo de novo para aprender, não surpreendendo o olhar que ele ergue sobre o Europeu, mas compreendendo a sua voz vinda de algures e que só se pode ouvir porque ela vem do mais profundo de si próprio.

A descoberta do Novo Mundo deu ao Ocidente a possibilidade de um encontro com sociedades diferentes daquelas que ele conhecia desde a antiguidade. Este Novo Mundo ia tornar-se o campo da sua expansão e o objecto de uma antropologia a dar os primeiros passos. Mas a percepção, a interpretação e a utilização de dados observáveis sofreram sempre o efeito redutor das ideologias dominantes. Em cada etapa do encontro com o Outro, este tende a tornar-se um alibi, um espelho ou um pretexto para a luta política, a exploração económica, a dominação cultural ou a propaganda missionária.

No imaginário ocidental, o Outro é um suporte privilegiado dos fantasmas originários e um lugar de eleição para experiências utópicas. Em si mesmo, ele não tem consistência nem valor próprios. Quando se interessam pelo seu modelo de parentesco, pelo seu sistema político, pela sua

vida material, pela sua linguagem ou pelas suas crenças, é sempre com referência ao que perdura como modelo. Os primeiros contingentes de antropólogos constituíram-se num contexto cultural onde "progresso" e "civilização" eram as ideologias dominantes. Fechados neste quadro mental, eles caracterizam-se pelo seu entendimento com os valores do poder estabelecido, a sua participação na "violência civilizadora". No plano conceptual, eles tendem a privilegiar o ponto de vista da estrutura, da permanência, do simbólico. No momento do triunfo do positivismo de Augusto Comte, que muitos adoptam com entusiasmo, tudo leva a crer na dominação branca encarregada de levar o progresso a toda a espécie humana. Neste assunto, em que os povos da terra querem arranjar um lugar na orquestra das nações modernas, os indígenas têm o lugar que merecem: o último. Assim, *o Discurso acerca do Outro, cuja diferença cria problema, torna-se discurso sobre a civilização do homem pelo homem que enaltece a assimilação dos selvagens. Discurso marcado pelo etnocentrismo, o medo e o desprezo do Outro, a paz branca e a conversão do Outro a si.*

Nesta perspectiva, falar da África a partir dos trabalhos designados sob "o nome pomposo" de "ciências do homem", é evocar o drama do Negro no olhar do Ocidente. Há séculos que a antropologia diz a glória do homem branco, e lhe dedica, como oferta, um mundo sem religião, sem história, sem escrita e sem cultura, onde o homem dos trópicos ficou fechado na infância da humanidade, afastado das grandes correntes da civilização⁸⁷. O discurso sobre o Outro mudou a partir do fim da Segunda Guerra mundial. Basta reler os trabalhos da equipa de Griaule, os de G. Balandier, P. Mercier, G. Sautter, J. Copans ou J.F. Bayart. Mas, tirando alguns exemplos, quantos investigadores assumiram os processos de descolonização e tomaram em consideração o movimento iniciado pelas sociedades de África e a sua capacidade de transformação?

Quais são os lugares do Africanismo onde a investigação se concentra sobre os grandes problemas da África contemporânea, incluindo a dimensão política e económica destes problemas? Ao longo da colonização, a "etnia" permanece campo teórico dos trabalhos monográficos. Para sair deste âmbito, foi necessário esperar pelos estudos socio-demográficos e económicos⁸⁸. Mas, apesar dos esforços de inovação, os estudos africanos que abordam as mutações sociais situam-se, na maioria das vezes, "sob o ângulo da relação entre a tradição e a modernidade."⁸⁹

87. Ver M. Duchet, *Anthropologie et histoire au Siècle des Lumières*, Flammarion, Paris, 1977, pp.12-13.

88. Ver J.F. Mbah, *La recherche en sciences sociales au Gabon*, L'Harmattan, Paris, 1987, pp.28-32.

89. *Id.*, pp.42-45, 76.

Os métodos foram, incontestavelmente, renovados. Mas, para construir um saber a propósito dos africanos, interrogamo-nos se o objectivo do africanista não deveria ser, em vez de observar uma sociedade outra, o de se ver nela, de tal forma que ela tenda a tornar-se o lugar onde se venham inscrever o sonho e a ciência, a prática e a teoria, em resumo, uma espécie de espelho étnico. Tal como os filósofos do século XVIII que se servem do estrangeiro para denunciar tudo o que não corre bem no Ocidente e mostrar o seu desacordo poupando-se à reflexão por si próprio, a África dos africanistas é um mito, uma projecção abstracta e ideal. Daí a constatação: *os africanos são mais falados do que falam* e as palavras que se trocam a respeito deles estão ligadas à utilização que o observador pretende fazer, a cada viragem da história, e de cada país, da reserva económica, política e cultural que ele apresenta. É necessário medir os riscos aos quais se expõem os investigadores destinados pelas suas disciplinas a pensar a diferença. Estes riscos são reais. Tal como notava Foucault, é

"como se (...) se sentisse uma repugnância particular a pensar a diferença, a descrever os desvios e as dispersões, a dissociar a forma tranquilizadora do idêntico. (...) Como se tivéssemos medo de pensar o Outro no tempo do nosso pensamento"⁹⁰

Assiste-se a uma reconsideração das categorias que o Ocidente utilizou para conhecer as outras sociedades. De uma certa maneira, a razão etnológica para o uso das sociedades não europeias está em crise. Para o africano que tenta penetrar em lugares cuidadosamente protegidos pelos guardas do templo, a situação não é muito confortável. Só podemos reforçar a nossa própria capacidade de investigação, junto das organizações, dos grupos de estudo e das redes diversas, interrogando-nos sobre a forma como os intelectuais africanos interiorizam o discurso africanista. Para repensar as ciências sociais a partir dos desafios que se oferecem às sociedades africanas, é necessário saber se nas nossas abordagens não encontramos, como noutros lados, "o odor do Pai". O olhar da África sobre ela própria não se pode fazer sem uma reapropriação crítica dos domínios de estudos nos quais se construiu um saber cuja autoridade já não é evidente, tendo em conta os constrangimentos impostos, no plano do conhecimento, pelo sistema colonial. Devemos aceitar fazer escolhas de análise que nos obriguem a ter em conta os estereótipos e as imagens veiculadas sobre a África com fundos de herança de ideias e de palavras impostas pela dominação ocidental.

90. M. Foucault, citado por G. Althabé, "L'autre en question", in: *L'autre et le semblable*, textes présentés par M. Ségalen, Presses du C.N.R.S., Paris, 1989, p.53.

Desde a leitura de Mamadou et Bineta e desde a escola primária que ficamos marcados por uma visão colonial das realidades africanas. Esta visão dissimula-se numa série de temas, de conceitos, de imagens, de enunciados e de teorias cujo carácter etnocêntrico não pode escapar à nossa atenção. Qualquer que seja o esforço de investigação, nunca se parte de cabeça vazia. Sem reflexão, corre-se o risco de retomar, os eixos de investigação privilegiados pelo discurso colonial. Devemos temer que "o Africanismo de dentro" não esteja sempre consciente da importância dos problemas teóricos que se impõem à nossa investigação quando esta pretende ser inovadora nas disciplinas que não podemos praticar esquecendo a influência ideológica da colonização no domínio das ciências humanas.

Como dar conta dos mecanismos de dominação sem trazer à luz o contexto socio-político que revela as estratégias dos diferentes actores implicados no espaço onde o poder e o saber se interpenetram? Para investigar problemáticas diferentes no universo do Africanismo é necessário submeter várias disciplinas a questionamentos orientados para os fundamentos das mesmas.

Nenhum estudo sério sobre as nossas sociedades se situa fora de uma história do saber ao longo da qual estas mesmas sociedades não tenham sido condenadas a redefinir-se relativamente a um sistema de representações ridículas imposto do exterior. É difícil dar sempre crédito à visão que se dá destas sociedades para construir um saber etnológico, sociológico ou histórico. Tendo em conta o método da inversão que intervém, desde Heródoto, no olhar do Outro, é tentador proceder a uma espécie de arqueologia dos saberes constituídos acerca da África para melhor compreender a nossa realidade. Esta abordagem impõe-se até porque a etnologia foi durante muito tempo um avatar do imperialismo do pensamento ocidental.

Para trabalhar sobre a sua própria sociedade e a sua própria cultura, o investigador africano tem de reconstruir o seu objecto de estudo purificando-o de um *corpus* de referências que se foram constituindo a partir do olhar que o Ocidente não cessa de pousar sobre o Outro no campo da sua cultura e da sua história política, económica, social e intelectual. Sem este esforço de purificação científica, arriscamo-nos a adoptar este olhar que não está muito "afastado" e tende a confundir-se com o olhar do mestre ou, melhor dizendo, o saber do mais forte.

Que sabemos de África? A questão não pode surpreender quem quer que seja que se recorde do impacto que teve a dominação colonial sobre os estudos africanos. Voltando a situar estes estudos na sua história, verifica-se que eles não se puderam verdadeiramente descentrar das

sociedades de referência dos trabalhadores em ciências humanas⁹¹.
Tal como observa J. Copans,

"a história da etnologia é também a história das relações entre as sociedades europeias e as sociedades não-europeias. Primeiramente, a etnologia acontece num certo contexto político. O etnólogo assumiu portanto posições políticas pela própria natureza da sua função objectiva. A ideologia colonial e a etnologia dependem de uma mesma configuração e existe entre estas duas classes de fenómenos um jogo que condiciona o seu desenvolvimento respectivo. (...) Esta dialéctica entre o contexto da prática e a função objectiva da disciplina manifesta-se ainda hoje no caso da antropologia. Quer dizer que ela pesa sobre as próprias condições do seu desenvolvimento científico"⁹².

Independentemente das motivações suspeitas que levam o investigador a abrir-se ao Outro a partir de uma crise ou de um mal-estar no seio da sua própria sociedade⁹³, o que se deve hoje pôr em causa são as perspectivas abertas sobre as sociedades longínquas num contexto em que o etnólogo foi, durante muito tempo, um colaborador do administrador das colónias. Falar-se de ciência nestas circunstâncias, em que o etnólogo de terreno muitas vezes considera a sua própria cultura como um modelo único e a sua linguagem como a única habilitada a explicitar os outros, é uma verdadeira fraude. O que se deve pensar, a partir daí, acerca da "objectividade científica" à qual pertence o discurso que mergulha numa ideologia que existe desde a Europa das Luzes onde se constitui uma antropologia que faz do homem Branco o mais perfeito da criação e lhe atribui, pelo motivo da sua superioridade, o direito de civilizar Outrem⁹⁴? Certamente, acontece que se reconheça os limites do modelo face ao Outro que, por força das coisas, não pode deixar indiferente. Pois, se ele carrega consigo mesmo este mundo estranho que lembra o "selvagem mau", acaba-se sempre por encontrar nele alguma coisa que atrai, que é irresistível, até mesmo contagiante e que transforma o próprio europeu. J.F. Médard não hesita a escrever: "o encanto de África, é de facto, a natureza das relações pessoais"⁹⁵.

Mas o olhar que se impôs, foi aquele que faz do africano o arquétipo do homem selvagem. O discurso sobre o Outro oscila entre estas

91. Para um balanço e as tendências no seio do africanismo, ler J. Copans, "Pour une histoire et une sociologie des études africaines", *Centre d'Études Africaines*, nº 43, 1971.

92. J. Copans, "De l'ethnologie à l'anthropologie", in: *L'Anthropologie, science des sociétés primitives?*, Denoël, Paris, 1971, p.45.

93. Ver C. Lévy-Strauss, *Tristes tropiques*, 10/18, pp.337-338; G. Charbonnier, *Entretiens avec Lévi-Strauss*, 10/18, Paris, 1961, p.17.

94. M. Duchet, *op. cit.*, p.10.

95. J.F.Médard, "Ces messieurs Afrique", *Politique Africaine*, 49, Março de 1993, p.148.

imagens contraditórias que, em todos os casos, continuam exóticas. De facto, para muitos, como o lembra François de Négroni, a África é “*uma reserva natural dos fantasmas dos brancos*”⁹⁶. Tendo em conta a cumplicidade objectiva da antropologia e do colonialismo⁹⁷, compreende-se as questões que se colocam aos investigadores indígenas face à continuidade das disciplinas cujos fundamentos epistemológicos têm que ser reconsiderados.

Também nos podemos admirar da porção conveniente que a África ocupa nas políticas de investigação nas antigas metrópoles coloniais. De acordo com J.F. Bayard, “*os franceses nunca investiram muito no conhecimento das sociedades africanas; mas esta ignorância é hoje abismal*”⁹⁸. Tirando alguns anfiteatros, acontece que o homem da rua se questione se Dakar é em Madagáscar! Nos países que não tiveram colónias ou que as perderam rapidamente, a situação é igualmente catastrófica. Aqui, o que diz respeito ao continente negro é da competência dos especialistas que se contam pelos dedos da mão entre os homens de ciências cuja autoridade se reconhece nos meios intelectuais⁹⁹. As tentativas de investigação que dominam em algumas universidades não escapam ao “*incrível narcisismo*” que deplora E. Le Roy¹⁰⁰. Tendo em conta a influência da ideologia colonial na temática das investigações africanistas, é necessário manter a distância e interrogar-se sobre os conceitos e as teorias elaborados por esta ciência do Outro que é a etnologia¹⁰¹.

Para retomar por nossa conta o que apareceu como a “ciência das sociedades primitivas”, é necessário olhar para África para além do Africanismo. Impõe-se este esforço na medida em que, no final do século XX, o peso da herança colonial ainda se sente num grande número de espíritos. Mais ainda, pelas imagens que proliferam sobre o continente negro, tudo acontece como se nos estivessem a preparar para uma nova forma de colonização. O que se percebe pelo afro-pessimismo, é que, na realidade, tal como o escreve com toda a liberdade Bernard Lugan, a colonização foi “*a idade de ouro de África*”¹⁰². Daí que, aqueles

96. F. de Négroni, *La Croix*, 29-30 de Novembro de 1992, p.24; ler a sua obra *Afrique Fantômes*, 1992.

97. Sobre este assunto, G. Leclerc, *Anthropologie e colonialisme*, Fayard, Paris, 1972; J. Copans, “De l’ethnologie à l’anthropologie”, *op. cit.*; cf. também, do mesmo autor, *Anthropologie et impérialisme*; S.E. Nadel, *Byzance Noire*, Maspéro, Paris, 1971, p.16.

98. J.F. Bayard, *Afrique Magazine*, nº 88, Janeiro de 1992, p.26.

99. Ver R. Otaïek, “Les études africaines en République fédérale d’Allemagne”, *Politique Africaine*, 34, Junho 1989, pp.115-119.

100. E. Le Roy, “Le bateau ivre de l’africanisme universitaire en France”, *Politique Africaine*, 39, Setembro 1990, pp.162-163.

101. J. Servier, *L’ethnologie*, P.U.F., 1986.

102. B. Lugan, *Afrique, bilan de la décolonisation*, Perrin, Paris, 1992.

a quem J. Ziegler chamou "os antepassados do futuro", e que mostraram aos africanos a via da independência, tê-los-iam induzido em erro. Esta via ter-se-ia revelado um impasse.

Face ao terrorismo intelectual que se desenvolve num contexto em que os novos mercados, com a ajuda maciça dos peritos e dos investidores, reconstroem um espaço de dominação, necessitamos reabilitar as tarefas do pensamento: trata-se de actualizar os novos paradigmas do jugo e de revelar os germes do racismo e do desprezo destilados pelos donos do poder. O discurso que domina recusa-se a compreender as capacidades escondidas da África contemporânea. Mais precisamente, o que se tende a ocultar, é, como diz J. Copans, "*A longa marcha da modernidade africana*". Falando de África, o discurso colonial renuncia sempre a ver como é que "*a dinâmica social e a história se impõem conjuntamente*"¹⁰³. É por isso que, *ao restituir a história às sociedades africanas, é necessário hoje reconsiderar África "sob o ângulo das dinâmicas sociais"*. De facto, trata-se de voltar a apreender "as sociedades em via de construção e de definição" a partir das crises e das turbulências actuais, dos conflitos e das tensões, das lutas e das iniciativas. As agitações em curso, os actores e as estratégias constituem o campo de acção onde devemos submeter o olhar lançado sobre a África a uma série de "revisões". Mais do que nunca, impõe-se um outro olhar sobre os diversos aspectos da vida africana, tendo em conta os esforços de invenção e de criatividade que testemunham uma outra África da qual os *Media* não falam. Recusando as reduções fáceis, é necessário voltar a questionar os dogmatismos que impedem de trazer à luz as dimensões socio-económicas onde, apesar das aparências, se exprime a desforra do homem africano. Apesar das situações de fome e das economias em ruína, da sida e das desorientações políticas, a África desafia o futuro.

Face à quantidade de conhecimentos acumulados sobre as sociedades africanas, é difícil escapar à vertigem da dúvida quando se mede o peso dos preconceitos aos quais nem sempre resistem os investigadores. A estes também nem sempre é facilitado o acesso ao terreno apesar dos esforços de integração e de participação na vida das populações estudadas. Nos países do Norte, muitos homens e mulheres não cortaram com o discurso de Hegel que aprisiona o homem africano no biológico e no animal, ou seja, em definitivo, num mundo estranho à razão e à história e, aí, percebemos a força dos estereótipos veiculados por trabalhos onde se deveria encontrar mais verdade e mais objectividade. Ao renunciar a compreender as sociedades africanas como as outras, a pensar a sua banalidade, numerosos investigadores não

103. G. Balandier, *Sens et puissance*, p. 6.

cessaram de alimentar os fantasmas que pertencem ao imaginário ocidental.

Há séculos que a imagem da África resulta de um esforço de produção intelectual onde se reencontra as ambições de uma sociedade que se julga proprietária de uma verdade universal da qual ela, apenas, tem o monopólio. Não se trata aqui de uma visão do espírito. Não aprendemos nós, outrora, que "*as massas populares africanas ainda só muito parcialmente estão sensibilizadas para a vida política*"¹⁰⁴? Dito de outra forma, politicamente, estas massas populares *ainda* são rudes. Mais precisamente, elas conservaram-se desprovidas de qualquer consciência política verdadeira. Há uma década que não se parou de repetir que o Estado em África está sub-desenvolvido. O que se mostra sobre o palco político africano seria o contrário de um "Estado desenvolvido e moderno". Nestes países onde os recursos públicos são geridos como um património familiar é, pois, normal que os conflitos que surgem aqui e ali traduzam a rusticidade das sociedades que ficaram num estado de evolução no qual o peso do "tribalismo" dá conta das tensões sociais e políticas.

Quando a Presidência da República se comporta como uma verdadeira *chefferie*¹⁰⁵ onde só é possível governar as populações, que ainda se encontram no grau zero da consciência política, à maneira dos sultões ou dos notáveis tradicionais, é necessário apreender os próprios sistemas políticos em referência aos modelos das sociedades onde a Civilização, o Progresso, o Desenvolvimento e a Modernidade constituem um facto real. Na ausência de um Estado digno desse nome, a própria sociedade africana é uma mistura de "tribos" em estado de guerra porque a colonização não conseguiu estabelecer uma paz duradoura nos países em que os indígenas não cessam de lutar entre si. Deliberadamente, renuncia-se a colocar os poderes africanos nas formações sociais em curso para insistir sobre o "papel decisivo" que é entregue, invariavelmente, ao "fetichismo étnico" a partir do qual tudo se explica¹⁰⁶.

Apesar das aparências, não se saiu dos esquemas de análise sobre a "alma negra" num contexto em que as implicações em torno das novas possibilidades de acumulação não têm nada a ver com as estratégias de controlo do poder e dos recursos a partir das redes de interesses divergentes.

104. "Pouvoirs africains", *Pouvoirs*, n° 25, 1983, p.80.

105. N.T.: designação utilizada no tempo da colonização para designar uma circunscrição territorial colocada sob uma autoridade.

106. Sobre este fetichismo, ler J.L. Amselle e E. Mbokofo, *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*, La Découverte, Paris, 1985.

Dessa forma, o interesse demonstrado pela "especificidade dos poderes africanos" disfarça os *a priori* a partir dos quais as sociedades africanas não são interrogadas em si-mesmas e por elas-próprias, mas a partir das experiências vividas pelos Estados ditos "desenvolvidos" que constituem, segundo uma crença espalhada, a unidade de medida única que permite compreender todas as experiências possíveis. Não podemos assim reivindicar que as luzes da razão contribuíram para nos libertar da ignorância sobre o continente negro. Tal como o reconhece J. F. Bayard,

"a opinião pública ocidental está encharcada em estereótipos que, muitas vezes, exalam o racismo de outrora. A aberração fundamental é sem dúvida a de erigir uma africanidade mítica, arquétipo no qual se resolveriam os acontecimentos da actualidade a configuração global e o devir das sociedades negras. Ora, África não é precisamente o continente das ideias simples. Das margens do oceano Atlântico às do oceano Índico, a diversidade triunfa: climática, física, humana, política, económica, histórica"¹⁰⁷.

Estas verdades de bom senso convidam a uma releitura das realidades africanas se quisermos avançar no progresso dos conhecimentos. Esta releitura impõe-se após séculos em que a imagem do Negro no olhar do Ocidente tem a marca do tráfico de escravos e da dominação colonial. Este esforço começou com Cheikh Anta Diop que foi um verdadeiro herético da ciência. Outras investigações têm de ser continuadas nesses domínios.

Assim, alguns historiadores põem em causa as ideias correntes sobre os descobridores da América, interrogando-se se os africanos não terão precedido Colombo¹⁰⁸. Para aprofundar o conhecimento de África ainda falta explorar grandes domínios.

Ir ao Encontro do Homem Africano nos seus Lugares de Invenção

Precisemos o espírito que deve orientar o conjunto das abordagens que têm por fim repor a verdade sobre as realidades humanas do continente, no estado actual do saber. Que seja necessário um outro olhar sobre as sociedades africanas é uma exigência que começa a impor-se num contexto intelectual em que se sente inquietude em relação aos efeitos do afro-pessimismo a propósito do qual convém sublinhar o laço estreito com o fechamento dos ricos sobre eles-próprios.

107. J.F. Bayard, «Les sociétés africaines face à l'État», *Pouvoirs*, nº 25, p.23.

108. Sobre este assunto, ler A. Anselin, *Le Discours Caboclo, L'Amérique et l'Afrique sans Colombo*, éd. De l'Unirag, 1992.

"O afro-pessimismo, versão actualizada do Carterismo, progride e faz estragos na opinião ocidental. Ele alimenta-se mais ou menos e de forma confusa num mito que ressurgiu do fundo da nossa história: o de uma África amaldiçoada (recordemos a maldição de Cam¹⁰⁹ muito querida pelos primeiros missionários) ou, pelo menos, refractária a quaisquer luzes da civilização e da modernização.¹¹⁰

Se tivermos em conta esta história, temos de reconhecer o seguinte:

"É necessário dizê-lo e voltar a dizê-lo, a África foi muitas vezes apresentada pela negativa, quer dizer, por aquilo que ela não é. (...) Importa agora mais do que nunca derrubar essa perspectiva e interessar-se pelo movimento das sociedades africanas."

Tomando a sério a "longa duração" para melhor colocar as questões às quais não somos capazes de responder, trata-se doravante de assumir as mutações do continente africano. Assim, "é mais do que nunca necessário compreender a África e os africanos de outra forma"¹¹¹.

Trinta anos depois das independências, descobre-se que a realidade do continente negro não se reduz à constatação dos peritos e das reportagens que, partindo das fomes, das secas, das catástrofes, das tiranias rastejantes, da corrupção, do endividamento e da falência dos regimes políticos, reactualizam uma antropologia da desgraça que mergulha no imaginário do Ocidente desde o fim da Idade Média. Novas tarefas surgem para a análise nos meios em que se decide acabar com os clichés que disfarçam as implicações, neste fim de século, na África negra. No momento em que se operam estas reconversões do olhar, seria grave se os africanos se reapropriassem os modelos de análise elaborados num sistema em que a ruptura com as teorias herdadas da dependência é um *a priori* teórico. Pois, o afro-pessimismo enraíza-se num universo de pensamento onde se renuncia a culpabilizar o Ocidente pelas infelicidades que se abatem sobre a África.

Se não houver mais "terceiro mundo", não haverá mais razão para provocar "os soluços do homem branco" conforme o título do livro de Pascal Bruckner. Daí, face ao que se passa nos países da fome, apenas se justifica o direito de intervenção humanitária. Tal é a regra que se impõe na era pós-terceiro-mundista na qual, aos olhos das sociedades ricas, os africanos testemunham a sua incapacidade em assumir a modernidade. Uma vez mais, o afro-pessimismo inscreve-se num sistema de representação no qual o discurso sobre o Outro refere-se às normas ocidentais de Estado, de mercado e de desenvolvimento.

109. N.T.: ou Cham, um dos filhos de Noé.

110. *Politique Africaine*, Setembro de 1990, p.4.

111. *Politique Africaine*, op. cit., p.5.v

Será necessário que a África fique prisioneira da imagem que o mundo exterior tem dela, a partir de *clichés* e de estereótipos, sem relação com a sua vivência real? Não nos queremos alinhar na visão dos peritos e renunciar a interrogarmo-nos acerca dos proveitos que daí retiram. No momento em que reina uma espécie de consenso sobre a África, a partir das análises estabelecidas, não será necessário reencontrar "a visão dos vencidos" procurando promover um outro conhecimento cujas bases repousam sobre a cultura das sociedades africanas em si próprias? Se o acerto de novos métodos de análise se impõe, onde estão os centros de investigação, os centros de produção onde se inventam os saberes dos quais a África precisa?

Tais são os conhecimentos aos quais não nos podemos esquivar no momento em que nos damos conta da importância dos desafios a enfrentar nos domínios em que as clivagens disciplinares herdadas de práticas envelhecidas constituem o obstáculo principal à renovação dos estudos africanos. Também se sabe que algumas disciplinas foram durante muito tempo marginalizadas: o Africanismo nem sempre dedicou às línguas africanas o seu valor real. Por outro lado, não se encontram por todo lado instituições onde uma investigação pluridisciplinar permite aceder a uma visão global das realidades africanas. Enfim, numerosas disciplinas desenvolveram-se num contexto em que a vida quotidiana não está realmente no centro da análise.

A compreensão que nós temos das nossas sociedades continua insuficiente na medida em que uma grande quantidade de objectos de estudo foi desqualificada pelos investigadores. Lembremos o atraso acumulado pelos africanistas para promover os estudos sobre a cidade que constitui um verdadeiro laboratório das mudanças sociais¹¹².

Para ir ao encontro do homem africano nos lugares de vida onde se produz a inovação, não será necessário considerar todas as iniciativas, as estratégias e as técnicas, pelas quais a sociedade se cria, longe dos mitos de uma África irremediavelmente condenada e amaldiçoada que mergulha na história ocidental?

Para responder a estas perguntas, é necessário questionar-se sobre os lugares de produção de conhecimentos nos sistemas de formação onde o ensino e a investigação são inseparáveis das funções da universidade. Não podemos ignorar as exigências que se impõem à nossa inteligência a partir das obras da sociedade que se oferecem à nossa observação e à nossa análise.

112. Acerca deste reparo, ver J.M. Ela, *La ville en Afrique noire*, pp. 7-8.

Porquê uma U.E.R.¹¹³ das Ciências Sociais?

Desde que o homem fez o seu aparecimento no espaço do saber¹¹⁴, as ciências sociais pertencem ao sistema do conhecimento sem o qual já não podemos passar hoje. Na medida em que o âmbito do social é um desafio à compreensão, ele constitui um sector fundamental do ensino superior e da investigação científica.

As propostas que trazemos aqui situam-se num contexto global onde se impõem:

- uma reflexão sobre o conjunto da Universidade africana;
- uma articulação mais capaz entre a formação e o emprego;
- a consideração das mutações actuais da sociedade e da ciência.

A criação de uma U.E.R. em Ciências Sociais¹¹⁵ aparece-nos como um elemento importante na resposta a dar aos impasses actuais do ensino superior em África. Previstas nos Camarões pelo decreto 84/158 de 18 de Abril, artigos 31, 33, e 35, as U.E.R., no seio do nosso sistema de ensino superior e de investigação científica, não podem ignorar o lugar e o papel das ciências sociais cujo impulso é um dos fenómenos mais importantes da cultura contemporânea¹¹⁶.

Para compreender a importância das decisões a tomar neste domínio no seio da nossa universidade, é necessário ter em conta três factores determinantes.

1) Há três décadas que a U.N.E.S.C.O. não cessa de lembrar a importância das ciências sociais. Uma resolução adoptada por unanimidade pela Conferência Geral deste organismo das Nações Unidas, na sua 12ª sessão (Novembro-Dezembro, 1962) indica nomeadamente *"que a investigação no domínio das ciências sociais e humanas desempenha um papel prático considerável e contribui, também, de forma*

113. N.T: U.E.R. é a sigla que corresponde à "Unité d'Enseignement et de Recherche" ou seja a Unidade de Ensino e de Investigação

114. Sobre este assunto, ler M. Foucault, *Les mots et les choses*, Gallimard, Paris, 1966, pp.263-313. Para compreender a história das ciências sociais ver a obra monumental de G. Gusdorf, *Les sciences humaines et la conscience occidentale*. Ler, nomeadamente, o volume VI: *L'avènement des sciences humaines au siècle des lumières*. Payot, Paris, 1973. Sobre a situação actual destas disciplinas, cf. *L'état des sciences sociales en France*, sob a direcção de Marc Guillaume. La Découverte, Paris 1986.

115. Unité d'Enseignement et de Recherche (U.E.R.) en Sciences Sociales.

116. Sobre este assunto, J. P. Boutinet (dir.), *Un discours à l'action. Les sciences sociales s'interrogent sur elles-mêmes*, L'Harmattan, Paris, 1985.

essencial para o progresso económico e social"¹¹⁷. Neste sentido, todo o sistema de ensino superior e de investigação científica, deve integrar

"o campo dos domínios e direcções da investigação social e humana onde já existe, agora, um fundo de conceitos teóricos e princípios de investigação certos e geralmente aceites, suficientemente amplo para facilitar a eliminação das controvérsias que de outra forma ficariam insolúveis no campo da ciência"¹¹⁸.

2) A importância dos avanços científicos e técnicos próprios da história contemporânea obriga-nos a constatar que há domínios de conhecimentos e objectos de estudo com os quais as ciências ditas exactas não se preocupam minimamente. Entre estes campos do saber, descobrem-se lugares que interpelam a inteligência do nosso tempo. Daí a necessidade de alargar os horizontes intelectuais e de assumir num projecto global, de ensino e de investigação, as ciências do homem e da sua sociedade.

3) De facto, nos países do terceiro mundo e em África, em particular, poder-se-ia ter evitado a falência de numerosos projectos se os planificadores e os "desenvolvedores" não tivessem considerado medíocre a contribuição indispensável das ciências humanas e sociais. Como lembrava o Director-Geral da U.N.E.S.C.O., Frederico Mayor, aquando a conferência das Nações Unidas sobre os países menos avançados,

"O desenvolvimento das ciências sociais deve ser considerado como a condição de uma avaliação permanente da pertinência e da eficácia das acções de desenvolvimento empreendidas. Pode-se pensar que muitos erros poderiam ter sido evitados nas estratégias nacionais e internacionais do desenvolvimento se os decisores tivessem considerado o ponto de vista das ciências sociais no momento oportuno".

Uma sociedade como a nossa que precisa de se compreender a ela própria e de se transformar profundamente deve portanto reconsiderar o papel das ciências sociais na formação dos actores e dos decisores de amanhã. Tudo a obriga a isso: a crise das estruturas e dos sistemas de valores tradicionais, a entrada na modernidade, os processos de urbanização e as suas incidências, o surgimento das tecnologias e das racionalidades exogéneas, a valorização dos recursos humanos, os problemas humanos da empresa e a gestão do poder nos diferentes

117 Texto citado por J. Viet *Les sciences de l'homme en France: tendances et organisation de la recherche*, Mouton, Paris, 1966, p.22.

118 *Id.*

sistemas de organização, a importância dos desafios demográficos e os sistemas de saúde necessitam uma atenção acrescida das ciências sociais.

Objectivos e Estruturas Pedagógicas

Pelas razões que acabamos de evocar, a criação de uma U.E.R. das Ciências Sociais deve responder aos objectivos seguintes:

- desenvolver no ensino e na investigação o conjunto das disciplinas que permitam compreender o homem em todas as suas dimensões;
- reafirmar a unidade do acto humano e social e promover a pluralidade das abordagens deste fenómeno;
- face ao esmigalhamento dos conhecimentos, preservar a polivalência dos saberes, a complementaridade e a convergência das perspectivas e suscitar um novo tipo de inteligibilidade da realidade humana e social;
- formar os especialistas de que a África precisa em ciências sociais;
- abrir estas ciências ao mundo da produção e da empresa e preparar as novas gerações para entrar na sociedade de amanhã.

Para atingir estes objectivos, a Universidade tem que deixar de estar cativa do Estado e reestruturar-se a partir de um modelo que repouse sobre estes princípios fundadores:

- a descentralização;
- a autonomia;
- a inovação e a criatividade pedagógicas;
- a interdisciplinaridade.

As U.E.R. são células universitárias que reagrupam estruturas pedagógicas operacionais para o ensino e a investigação. Nesta perspectiva, a U.E.R. das Ciências Sociais terá:

- uma estruturação do ensino e da investigação conforme um sistema de unidades de valor (U.V.) semestral que garanta ao trabalho universitário maior densidade e flexibilidade;
- um sistema de controlo contínuo do trabalho e dos conhecimentos possibilitado pelo trabalho em grupos restritos;
- experiências de ensino e de cursos interdisciplinares fundadas na coexistência das disciplinas isoladas no âmbito das antigas faculdades (Letras, Direito e Ciências) ou das disciplinas ausentes nas universidades tradicionais.

Concebidas dentro de uma perspectiva experimental de diversificação do ensino, as unidades de valor (U.V.) são lugares privilegiados onde se deve manifestar o carácter pluridisciplinar das opções, o espírito de polivalência e a adaptação constante às necessidades do mundo exterior. Sob este ponto de vista, apenas as U.V. verdadeiramente interdisciplinares podem servir de iniciação aos métodos complementares das diferentes disciplinas e facilitar a interrogação, por parte dos estudantes, quanto à coerência do campo cultural destas disciplinas.

Se a renovação pedagógica passa doravante pela pluridisciplinaridade que, há anos, tem tanto interesse na investigação em ciências sociais, esta pluridisciplinaridade repousa ela própria sobre o sistema maleável de unidades de valor. O crescimento dos efectivos impõe o quadro das U.V. que, melhor do que as "aulas" que se tornaram demasiado limitadas, favorecem uma pedagogia activa. Em suma, é ao nível das U.V., estes grupos de trabalho básicos, que será necessário promover a vida real da universidade ou, pelo menos, as suas práticas pedagógicas.

A organização do ensino e da investigação nos diferentes estabelecimentos da U.E.R. das Ciências Sociais também terá de ter em conta a escolha dos estudantes, escolha que deve ser considerada como um factor de renovação da pedagogia. De facto, no âmbito da U.E.R., *o docente tem de convencer para se constituir um público*. Nesta perspectiva, cada professor será convidado a descrever o seu programa, os seus temas e a sua problemática, os métodos e os documentos pedagógicos que ele propõe aos estudantes. Sobre este assunto, as descrições das U.V. serão publicadas, pelos estabelecimentos, em cada semestre e oferecerão aos estudantes largas possibilidades de escolha para compor a sua licenciatura.

No plano pedagógico, a gestão autónoma da U.E.R. das Ciências Sociais permite também a esta instituição apelar a docentes associados do mundo exterior para enquadrar os estudantes em pequenos grupos. Para preparar os estudantes no mundo económico, a U.E.R. das Ciências Sociais deverá também apresentar, no seu funcionamento, uma actualização regular dos conhecimentos.

Para traduzir a polivalência nas práticas pedagógicas e nas escolhas dos estudantes, a U.E.R. das Ciências Sociais funcionará na base de um sistema de ensino de tronco comum com:

- as U.V. obrigatórias;
- as U.V. opcionais.

É no âmbito destas U.V. que os estudantes poderão, por exemplo, trabalhar com um pessoal qualificado, a trabalhar numa empresa ou numa instituição,

e capaz de utilizar os resultados das suas investigações ou da sua perícia num dos domínios das ciências sociais. O recurso a este pessoal virá responder à profissionalização do ensino nas U.E.R. das Ciências Sociais.

Para responder às missões da Universidade neste domínio específico, a criação de estabelecimentos que valorizam a pluridisciplinaridade e a abertura ao mundo exterior é uma necessidade. Tendo em conta a diversidade das áreas sociais a cobrir e os novos pedidos científicos a satisfazer, propomos 4 estruturas de ensino e de investigação no seio da U.E.R. das Ciências Sociais.

1. Instituto de Estudos Africanos

Nascidos a meio da expansão colonial¹¹⁹, os estudos africanos desenvolveram-se em diferentes países da Europa e da América. Estes estudos têm muitas vezes um apoio institucional nas universidades que lhes oferecem um espaço para a investigação e a difusão dos trabalhos. Os governos e as fundações privadas concorrem com a sua ajuda financeira na promoção de estudos que se especializam nos vários domínios das ciências humanas. No seio de poderosas associações que agrupam milhares de investigadores e de docentes, é possível acompanhar aqui e ali as actividades científicas que se desenvolvem em conferências anuais que permitem uma partilha das experiências e dos saberes em torno de um tema mobilizador. Como o mostram as bibliografias que permitem acompanhar a situação dos trabalhos em domínios precisos¹²⁰, estes estudos contribuem, sem qualquer dúvida, para o progresso dos conhecimentos sobre África.

O que é preciso notar aqui, é que estes estudos desenvolveram-se no estrangeiro, mas continuam embrionários em África. No seio das universidades nacionais, nem sempre se encontra, como parece totalmente natural em Leiden ou em Boston, centros e institutos especializados no conhecimento de África. Questionámo-nos se as universidades africanas assumem a tarefa que consiste em promover os estudos sobre as realidades dos países africanos. Como admitir que abandonemos esta tarefa a outros, num contexto em que, demasiadas vezes, os estudos desenvolvidos fora de África obedecem a estratégias que nos escapam? De facto, acontece que a mestria num domínio, a partir de uma experiência de terreno, não seja mais do que um pretexto

119. G. Leclerc, *Anthropologie et colonialisme*, p.86.

120. Para ilustrar este facto, ver o trabalho de bibliografia sobre a população africana em *Série Bibliographique* de 1967.

ANNUAIRE DES LINGUISTES DU CANADA sobre a população africana, Montreal, 1967.

para fazer carreira no seu meio de origem. Essa é, nos Estados Unidos, a ambição de numerosos africanistas. Tal como o escreve Stanley Diamond, a África

"serviu muitas vezes de laboratório para carreiras americanas; demasiados documentos e livros são apenas símbolos do lugar no sistema social, na luta social da universidade interior, moldada por este sistema e expressando-se na sua linguagem limitada e evasiva. (...) Os estudos africanos foram um meio de chegar ou simplesmente um modo; as suas preocupações não foram tanto a condição, as necessidades e o potencial dos povos africanos, como os problemas abstractos que qualificam um estudante como perito académico ou africanista; esta última qualificação indicando sem dúvida um certo controlo sobre as informações, mas de forma alguma garantindo a aplicação da inteligência geral aos problemas do subcontinente"¹²¹.

Face a estas práticas, temos que reorganizar os estudos africanos a partir dos desafios a que África é chamada a responder e nas condições em que ela tem de poder contar com homens de ciência conscientes da importância teórica e prática da investigação. Não se trata aqui de ficar confinado em busca de uma África perdida, mas de promover os estudos sobre as áreas que têm de ser radicalmente transformadas. Durante muito tempo, os africanistas fizeram de conta que fechavam os olhos sobre as contradições das sociedades africanas, preferindo concentrar-se sobre as tradições, os mitos e os ritos. Ao afastar do campo de estudos os assuntos considerados perigosos e comprometedores, eles contribuíram para a perpetuação das estruturas de dominação.

Poucos esforços se orientam no sentido das abordagens a partir de processos de transformação da sociedade global. Quantas experiências de terreno tomaram em consideração os dramas da fome que provocaram milhões de mortos no Sahel ao longo das últimas décadas? Noutros lugares, as ditaduras negras foram ocultadas por trabalhos que se mostravam de preferência discretos sobre a violência dos regimes repressivos, apesar dos autores se integrarem na vida das populações locais falando com elas de coisas diversas relativamente às condições socio-políticas impostas pelo Estado pós-colonial. No meio das confusões que a decomposição das sociedades tradicionais e a irrupção do político provocam nos círculos africanistas, é necessário desenvolver estudos africanos que se situem numa perspectiva histórica, assumindo as realidades e os problemas de uma África em mutação.

É certamente no contexto actual das sociedades locais que convém inserir-se em todas as abordagens das ciências sociais em África. Não nos podemos fechar hoje em problemas abstractos ou tenementos

121 Citado por J. Copans, *Anthropologie et impérialisme*, p. 163

marginais. A situação concreta dos povos africanos deve tornar-se o eixo mais importante das problemáticas a elaborar no conjunto da investigação. Assim, para que esta encontre toda a pertinência, não podemos ficar a olhar como puros espectadores para uma ordem de realidades que tem que ser transformada, sem esquecer que as instituições e os costumes, os ritos e os mitos estão ligados a outros sectores da actividade da sociedade e integram-se num sistema total onde o económico e o político estão ligados organicamente.

Trata-se, portanto, de promover os estudos africanos, a partir do próprio continente, valorizando a conexão interna do conhecimento e da acção. Os saberes a produzir devem situar-se na perspectiva de uma tomada de consciência crítica de uma ordem das coisas que tem que mudar. Assim, à margem do Africanismo que Adotévi não hesita em considerar como "*a projecção de todos os fantasmas do Ocidente*"¹²², é necessário indicar algumas pistas que se oferecem à exploração.

Um facto impõe-se à atenção. Organizados em torno dos objectivos disciplinares, temáticos ou geográficos¹²³, os estudos africanos estão em crise. De facto, durante muito tempo fechados na monografia de uma etnia ou de uma aldeia, eles revelam-se incapazes de abordar a África das turbulências. Neste contexto, sem nos limitar a assuntos pontuais, parece ser necessário levantar sobre África, na sua totalidade, um outro olhar que abarque as sociedades locais quanto à sua temporalidade e nas suas dinâmicas.

Nesta óptica, os objectivos a atingir situam-se em relação a três eixos de estudos e de investigação:

- a) *Em relação ao passado*, trata-se de promover os sistemas de ensino e as investigações sobre as estruturas fundamentais das sociedades africanas.
- b) *Em relação ao presente*, o que importa é o estudo das situações actuais, tendo em conta as "rupturas", as "crises" e as mutações que se operam no actual e no quotidiano das nossas sociedades.
- c) *Em relação ao futuro*, será necessário detectar para onde vai a vida no meio africano, analisar os desafios e os acontecimentos nos quais se desenha e se decide o futuro; em suma, convém descobrir as tendências e a evolução das sociedades africanas. Nesta perspectiva, as dinâmicas em acção estão no centro dos estudos. É necessário inscrever também nos campos de análise não só os conflitos e as tensões, mas também os factores integradores bem como os actores e as forças susceptíveis de influenciar o curso da história regional.

Legislature et Negro négro, 10/18, 1972.

123 | F. Mbah, *op. cit.*, p.156.

ou nacional. A dimensão "prospectiva" e "geopolítica" deve ser integrada no programa dos estudos e das investigações.

Primeiro Ano

U.V. África: "permanências e rupturas"

Concentrando-se nas estruturas do imaginário do homem africano, recolocado na sua história, esta unidade de valor incidiria sobre os temas seguintes:

- a história africana;
- as artes e as tradições populares;
- o homem africano e o seu corpo;
- a alimentação e a cultura;
- a terra africana e as suas religiões;
- as línguas e as culturas africanas;
- a oralidade e os problemas de linguagem em África.

Outra unidade de valor seria organizada sobre as "Sociedades e civilizações". Estas matérias seriam centradas sobre os domínios seguintes:

- as civilizações africanas;
- meio ambiente e tecnologias africanas;
- introdução às estruturas sociais da África pré-colonial;
- os sistemas familiares e matrimoniais;
- economia e culturas africanas;
- natureza e formas de poder nas sociedades africanas.

Segundo Ano

U.V. Antropologia do próximo, antropologia do longínquo

1. Métodos e problemas de uma antropologia africana.
2. Métodos e problemas de uma sociologia africana.
3. O outro e o alheio: A crise da África no olhar do Ocidente.
4. Sociologia das mutações e do imaginário.
5. Os movimentos religiosos africanos.
6. Sociologia da dependência e da alienação.

U.V. Fenómenos de sociedade

1. Etnicidade, classes sociais e problemas de integração.
2. As novas linguagens e os desafios da comunicação.

3. Crises, possessões e cultos de cura.
4. Comportamentos desviantes e loucura.
5. Integrismos religiosos e despertares espirituais.
6. O surgimento dos jovens e dos estudantes na cultura urbana e na política.

Terceiro Ano

U.V. Análise das dinâmicas sociais

1. Estruturas familiares e mudança social.
2. As formações sociais.
3. As dinâmicas da população.
4. A nova questão dos camponeses.
5. Trabalho, capital e sociedades africanas.
6. Crise do Estado, crise da sociedade: uma sociologia das turbulências.

U.V. África Contemporânea

1. Antropologia do Estado e economia política da África contemporânea.
2. Poder, riqueza e classes sociais.
3. A democratização em África: impasses e desafios.
4. Conflitos e violências em África.
5. Empresas e empreendedores africanos: abordagem sociológica e antropológica.
6. África no sistema-mundo: inserção ou evicção?

2. Departamento de Sociologia e de Antropologia

As profundas mutações que intervêm nas sociedades africanas tornam estas cada vez mais complexas e difíceis de descodificar. Estas complexidades não cessam de lançar novos desafios à sociologia e à antropologia cujo lugar se impõe no sistema de produção e de transmissão dos conhecimentos.

Tentaremos mostrar:

- como foi que estas disciplinas se constituíram;
- o seu objecto e a sua especificidade;
- os princípios e os métodos que as guiam;
- os métodos da investigação em sociologia e em antropologia;
- os principais domínios de investigação vão insistir sobre a:

III. Ciências Sociais e Devir das Sociedades Africanas

Criatividade Endógena e Interdisciplinaridade

Neste momento da História, em que os desafios são importantes, torna-se urgente, em todos os domínios que abrem novas tarefas do pensamento às inteligências africanas, desenvolver a capacidade de reflectir sobre os nossos problemas e encontrar soluções que se diferenciem das do exterior. Logo, o problema que se põe é o da "criatividade endógena".

Este problema surge no seio das instituições de ensino e de investigação onde se deve formar homens e mulheres aptos a criar e não a repetir e a reproduzir. Se não dissociarmos o domínio das ciências sociais de um sistema de valores socio-culturais, podemos medir a importância das responsabilidades que nos incumbem de *proceder a uma verdadeira descolonização das ciências do homem em África*.

Os processos de inovação esbarram-se aqui na influência de modelos que, com a transferência de conhecimentos, tendem a impor-se num contexto em que o Norte detém o monopólio da informação e da difusão das ideias. Nesta situação, é necessário proceder a um questionamento dos esquemas conceptuais, dos modelos e dos paradigmas que orientam e conduzem a investigação empírica a fim de permitir a interpretação rigorosa das realidades complexas e das mudanças no nosso continente. É para responder à necessidade de elaboração de estratégias de acções práticas e eficazes que nos obrigamos a esta abordagem crítica. Nenhuma contribuição possível é válida para a África, se o desenvolvimento das ciências sociais se desenrolar como um processo de mimetismo e sob a hegemonia da produção socio-científica dos grandes centros mundiais.

Para sair de uma situação de dependência intelectual que é o reflexo de uma situação de sub-desenvolvimento e de tutela das sociedades africanas, é essencial desenvolver o sentido crítico e ultrapassar os estados da imitação. E a única maneira de se separar do etnocentrismo da conceptualização nos sistemas de conhecimento nos quais o peso dos modelos do Norte é considerável.

Agora, passada uma década, mais do que nunca, estas precauções são úteis, porque assiste-se a um novo interesse pelas ciências sociais no seio dos organismos mundiais empenhados nos países do terceiro mundo. Referimo-nos ao recurso a antropólogos e a sociólogos nos domínios de intervenção onde, depois da "falência do desenvolvimento" de África, se redescobre a importância dos factores socio-culturais negligenciados durante muito tempo.

Da mesma forma, as campanhas de luta contra a epidemia da SIDA impõem pesquisas sobre o imaginário do mal nas culturas e nas sociedades onde a análise dos fluxos migratórios está ligada, doravante, à elaboração das políticas de saúde, como sugere a Conferência de Marraquexe. Numa África em mutação, é urgente implementar uma verdadeira antropologia e uma sociologia do corpo, a partir da articulação dos relatórios entre o amor, a sexualidade e a SIDA. Não se pode evitar o aprofundar dos conhecimentos acerca dos comportamentos sexuais num ambiente socio-cultural onde se observa uma espécie de resistência aos preservativos no seio de grupos que preferem o *full contact* (como dizem os estudantes de Yaoundé).

Por outro lado, se o domínio da fecundidade continua a ser um dos problemas chave do continente negro, é necessário interrogar-se sobre a contribuição das ciências do homem no estudo dos actos da população, no momento em que, "para além do quantitativo", trata-se de tomar em consideração as estruturas sociais, as representações colectivas e os modelos culturais presentes nas atitudes e nos comportamentos dos indivíduos e dos grupos humanos. Depois da Conferência do Rio, onde se reencontrou os conflitos entre o Norte e o Sul, os problemas incontornáveis de população e de ambiente e o desafio da sua integração exigem pesquisas pluridisciplinares.

Em todos os domínios que acabamos de invocar, o que está em causa são os grandes desafios da África de hoje e de amanhã. Percebe-se assim, a importância e o papel das ciências sociais no devir das ciências africanas. Com toda a evidência, estas ciências são as ciências do futuro. Não há dúvida de que nada o faz supor como no-lo lembra o deserto científico no qual evolui o ensino destas disciplinas que, na maior parte dos países, não são a maior preocupação dos governos. Nos Camarões, o regime de Paul Biya entendeu ser necessário fechar o Instituto das Ciências como se a promoção dos estudos sobre o homem e a sociedade não tivessem qualquer interesse para o futuro do país!

Apenas alguns espíritos atrasados continuam a acreditar que estas ciências são um luxo para os "litterários". Desde que a O.M.S. recomenda uma definição global da saúde, é necessário renunciar à ideia de que este sector é unicamente apanágio das faculdades de medicina.

É, realmente, o conjunto dos factores que contribuem para a saúde que é necessário abordar. Assim, é necessário considerar os problemas de saúde que não dependem unicamente da bioquímica. Aí está a necessidade de se abrir a domínios que não dependem obrigatoriamente da formação de base do médico.

Lembremos também a obrigação para o ecologista de pensar nos problemas económicos subjacentes a qualquer problema de poluição e vice-versa. O economista deve apreender os problemas de ambiente na indústria. Pois, a partir de uma especialização, somos chamados a uma abertura sobre o conjunto dos conhecimentos num mundo onde se faz sentir a necessidade de reencontro interdisciplinar.

Na medida em que os técnicos são convidados a sentar-se à volta de uma mesma mesa para discutir, juntos, os problemas, convém orientar-se, a partir de um domínio de especificação definido, rumo a uma unificação das perspectivas e das relações do homem com a sociedade.

Portanto, para compreender, em toda a sua complexidade, os problemas aos quais somos confrontados, é necessário abrir, no seio do ensino, possibilidades de interdisciplinaridade. Tal é o papel da interpenetração das disciplinas que contribui para a aquisição de um saber total. Esta orientação coloca em causa as barreiras disciplinares inscritas num sistema de ensino que, tendo em conta a divisão entre as faculdades e as *Grandes Écoles*¹²⁵, só pode oferecer uma cultura em migalhas.

Um Lugar de Passagem

Os problemas estruturais não devem abafar as questões de fundo que persistem nas universidades, onde é necessário interrogar-se sobre o futuro dos estudantes que se orientam para ciências humanas e sociais. O debate sobre a profissionalização do ensino deve levar-nos a repensar o estatuto destas disciplinas nas unidades de formação e de investigação. Não se trata só de saber como ensinar estas disciplinas. Também é preciso perguntar: que disciplinas ensinar? Porquê este ensino? Estas questões sublinham a necessidade de uma reflexão sobre os problemas de método, de conteúdo e de finalidade do ensino das **ciências do homem e da sociedade**.

Este trabalho de reflexão não pode ser conduzido do exterior. Antropólogos e sociólogos, historiadores, filósofos e geógrafos, devem instaurar processos de auto-reflexão da sua prática num contexto em

¹²⁵ A este título esta designação francesa estão incluídas diversas escolas de engenharia, de comércio, etc. que se caracterizam, em geral, pelo seu alto nível e pela exigência do concurso de entrada.

que a passagem do ensino secundário para o ensino superior compromete o futuro dos estudantes. Corre-se o risco de esquecer que a universidade é um lugar de passagem onde os estudantes fazem uma estadia transitória antes de uma entrada definitiva na vida activa. Ao nível do ensino, arruma-se esta questão "do a seguir" como se toda a gente tivesse de ficar no *campus*, quando este é apenas o caso dos docentes.

Hoje, trata-se de gerir a saída da universidade interrogando-se sobre a forma como um estudante em ciências sociais, tendo portanto feito uma escolha diferente daquele que cursou numa *Grande École*, deve estar consciente das dificuldades que o esperam à saída. É aqui que a própria instituição tem de fazer escolhas, lembrando-se de que um diploma de estudos superiores já não é um cartão de entrada para um emprego de nível superior. O laço a estabelecer entre o ensino e o estatuto socio-económico levanta portanto um debate de fundo sobre o futuro das ciências sociais. Se queremos evitar que o sistema provoque frustrações amargas, é necessário que este sistema aceite submeter-se a um processo de auto-crítica que o obrigue a interrogar-se sobre as suas respostas aos pedidos sociais dos estudantes.

Para sair das contradições actuais, as ciências sociais devem dar provas numa sociedade onde é preciso arranjar contractos, colocar aqui ou ali um sociólogo ou um antropólogo, arranjar lugares a tempo inteiro. Tudo isto coloca a prática destas ciências em interrogação acerca da sua fiabilidade e da sua validade. É necessário mostrar em que é que os trabalhos dos sociólogos e dos antropólogos podem dar resultados práticos; é necessário dar provas da validade dos discursos, dos métodos e das hipóteses próprias às nossas disciplinas em factos concretos. Há nisso um desafio que interpela o conjunto das ciências sociais e o seu modo de transmissão. Num período de mutações, é o actor sociológico ou antropológico que deve dar provas da sua eficiência social. Já não se deve ensinar as ciências sociais ignorando os pedidos das empresas, dos gabinetes de aconselhamento, dos centros de formação ou das escolas de saúde, das colectividades locais, dos organismos encarregados de construção, da adaptação do território, dos sectores do trabalho social ou das administrações públicas.

Muitos sociólogos e antropólogos que se formam na universidade podem pôr em prática o seu saber para responder a perguntas, intervir, avaliar práticas ou programas, analisar situações ou estruturas, dar conta de alguns fenómenos. Na África negra, tendo em consideração a importância dos problemas de desenvolvimento, talvez se verifique um aumento dos beneficiários das ciências sociais. É preciso então preparar-se para controlar as novas contingências da produção

científica, situando-se em relação aos novos pedidos que exigem uma renovação dos campos de estudo. É necessário abrir-se aos temas portadores de questões inéditas nas situações em que, em meio africano, os docentes confrontados com a difusão da sua ciência sejam condenados a repensar a prática da sua disciplina e da sua profissão de investigador face aos usuários das ciências sociais que têm de verificar a pertinência dos seus métodos e a validade das suas abordagens.

Comprometido nesta dinâmica interna, o docente destas disciplinas não pode remeter para mais tarde a aquisição dos métodos de análise e de investigação contentando-se com a iniciação, dos principiantes, através de noções de base. Na medida em que um sociólogo ou um antropólogo pode ser levado a intervir num programa de acção, os problemas de investigação devem integrar todas as etapas da formação. Basta adaptar ao nível dos estudantes que se inserem num sistema pedagógico onde o ensino e a investigação se mantêm indissociavelmente ligados.

A promoção das ciências sociais deve articular-se, preocupando-se em enraizar a universidade no seu meio-ambiente cultural. Desta forma, ela poderá devolver aos jovens africanos a consciência da sua identidade. A este respeito, os historiadores, os antropólogos e os sociólogos carregam pesadas responsabilidades nas universidades herdadas do Ocidente. Aí, corre-se o risco de reproduzir o modelo de uma cultura extrovertida que penaliza os saberes indígenas. É necessário resistir ao mito e à sedução do que é importado para considerar antes os conhecimentos que se elaboram a partir das terras africanas.

Tendo em conta a importância da aquisição dos conhecimentos para a formação da "personalidade de base", não será indispensável que, em qualquer nível do ensino superior, a antropologia deixe de ser relegada para o último lugar de uma disciplina secundária que apenas interessa a alguns estudantes das faculdades das ciências humanas? Porque é que um médico, um jurista, um agrónomo ou um politécnico devem ser mantidos à distância das disciplinas antropológicas e sociológicas que dizem respeito ao exercício da sua profissão, à sociedade ou à região do mundo onde se preparam para trabalhar? Todos os que, por uma profissão, são chamados a viver em contacto com populações muito diferentes das suas deveriam abrir-se a um sistema de conhecimentos onde as ciências do homem e da sociedade encontram o seu lugar.

Para uma Emergência das Sociedades Científicas

Em África, no contexto actual, o peso dos constrangimentos provocados pelo ajustamento estrutural tende a abafar o ensino superior. Assim, para assumir as tarefas das ciências sociais, é necessário assinalar os graves obstáculos a ultrapassar. De facto, constata-se que aos factores internos que colocam as universidades africanas à beira da decrepitude, e cujas manifestações são assinalados aqui e além, é necessário acrescentar, doravante, as restrições orçamentais impostas pelas políticas de austeridade. Estas assumem um grau tão importante que nos questionamos quanto à possibilidade dos docentes e dos investigadores conseguirem escapar ao risco de sufocar.

Para os investidores, tudo se desenrola como se o ensino superior se tivesse tornado um luxo inútil. Talvez fosse melhor para estes países pobres de África concentrarem-se primeiro na educação de base em vez de dissipar os recursos já limitados por um sistema de ensino superior que, no que diz respeito à pertinência, não parece ser “rentável” tendo em conta o enorme desperdício ao qual chega uma formação sem ligação real com as necessidades da sociedade e da economia.

Num momento em que qualquer decisão a tomar a nível governamental deve corresponder às únicas prioridades estritamente compatíveis com o plano de ajustamento estrutural, compreende-se as “preocupações” ou as reservas do Banco Mundial e do F.M.I. perante as escolhas políticas que têm em vista a “deslocalização” de uma massa de estudantes que os poderes, em crise, já não conseguem gerir em espaços reduzidos. Tendo em conta os imperativos dos planos de investimento e dos orçamentos operacionais que se inscrevem numa estratégia global cuja elaboração escapa aos dirigentes locais, é preciso, doravante, esperar que os investidores definam quais são os tipos de instituições, de programas de ensino e de formações que convêm aos africanos. Não basta que o crescimento dos efectivos de estudantes imponha a descentralização da universidade para que as instituições criadas funcionem. É também necessário que as informações e as justificações submetidas ao Banco Mundial estejam conformes ao modelo de uma planificação do ensino superior compatível com as análises e as avaliações dos peritos.

Se os objectos de estudo são um recurso “natural” cuja rentabilidade é incontestável, é então necessário devolver toda a sua importância à investigação em ciências sociais nos países de África em que as políticas de ajustamento estrutural têm tendência a ignorar as estruturas

sociais, os comportamentos dos indivíduos e dos grupos humanos, a evolução destas estruturas e destes comportamentos, as reacções e as lógicas que convém ter em consideração para firmar as bases de um verdadeiro domínio do desenvolvimento. Em África, o essencial *para as sociedades e as economias está onde os peritos não imaginam.* Assim, as medidas de austeridade remetem para segundo plano precisamente as dinâmicas locais e os ajustamentos espontâneos que é necessário analisar. É por isso que os processos de desenvolvimento constituem o domínio das investigações a promover. Para além dos equilíbrios económicos e financeiros, é necessário destacar as dimensões esquecidas, estes assuntos julgados sem importância pelos peritos. *Para que o ensino superior desempenhe o seu papel motor, temos de redefinir as condições de uma investigação durável. Nesta perspectiva, será necessário reforçar a capacidade nacional de investigação a partir da própria universidade.*

A tarefa não é fácil na medida em que a preocupação pela inteligência nem sequer nos meios universitários ocupa sempre um lugar de honra. Temos de admitir que o meio no qual evoluímos só de forma muito débil estimula o trabalho intelectual.

Basta recordar o estado das bibliotecas onde não se encontra tudo o que foi escrito sobre os temas a estudar. Aqueles que têm possibilidades económicas resolvem este problema fazendo longas estadias no estrangeiro para arranjar a documentação necessária e dar-se conta da evolução da investigação científica. Nas livrarias das capitais onde estão implantadas as faculdades e as grandes escolas, encontram-se mais obras esotéricas do que livros científicos. Também acontece que se termine um ano académico sem que se tenha realizado um único colóquio permitindo a troca das experiências e o confronto dos resultados da investigação. A obrigação de submeter o texto de uma intervenção à apreciação das autoridades académicas desmotiva aqueles que pensam que a proibição da crítica universitária é um entrave à produção intelectual.

Também se compreende que face à atribuição de múltiplas tarefas administrativas, alguns docentes pouco tempo consagram à vida intelectual. Tal como acontece com um antigo professor universitário que, depois de se tornar ministro, não hesita a confessar que se desligou da sua especialidade. Nas sociedades votadas ao espectáculo onde o título de "Director" de uma alta administração tem mais peso simbólico do que o de autor de artigos ou de publicações científicas, o compromisso com actividades mais lucrativas provoca uma verdadeira "fuga" para outras funções. Para as elites assombradas pelo desejo de uma promoção na máquina do Estado, a preocupação

de ocupar um lugar no Governo, à frente de uma empresa ou de uma instituição nacional conta mais do que a vontade de participar na história do saber.

Nestes tempos de crise em que a prostituição é uma estratégia de sobrevivência, arriscamo-nos a ver aparecer uma espécie de "proletariado da ciência". Na ausência de meios regulares de trabalho, nenhum cientista sensato, e tendo uma família para alimentar, pode gastar tempo na investigação. Os salários insuficientes e irregulares obrigam a recorrer a trabalhos que se oferecem sob a forma de peritagens, de conselhos ou de criação de actividades (plantações, imobiliário, táxi, bar, criação, ...) sem relação com as competências científicas. A sobrecarga das aulas não é suficiente para justificar o facto de que as publicações só acontecem em caso de promoção.

Nas sociedades africanas, os investimentos sociais impostos pelos constrangimentos do parentesco acompanham um modo de vida que absorve longas horas em tagarelice ao longo das conversações intermináveis onde, consumindo cervejas locais ou importadas, nos vamos consolando das infelicidades do tempo presente. Apesar de haver muitos que se comprazem na exibição de cartões-de-visita com os títulos académicos, não é evidente que estes manifestem sempre que há uma forma de viver que consiste em impor-se horas de estudo e de investigação num lugar retirado ou num laboratório. Talvez se reencontre aqui uma herança recebida dos meios de formação onde não há lugar para a investigação. Tudo acontece como se os anos passados a preparar uma tese tivessem esgotado toda a criatividade. Resultado: cedendo à tentação do mandarinato, fica-se atolado num grau elevado não saindo do anonimato através da autoria de uma obra de referência.

Se a universidade é um lugar onde se concentra um potencial importante de pessoal científico, como compreender a fraca produção intelectual para um domínio tendo em conta o número de docentes portadores de diplomas de alto nível? Será que esta situação pode ser explicada unicamente pela ausência de estruturas de investigação nas universidades atingidas pela crise? Ou convém tomar em consideração as estruturas mentais que levam um grande número de africanos a instalar-se num sistema onde o questionamento permanente e o renovar dos conhecimentos são uma preocupação menor? Para responder a esta pergunta, notamos com Nicole-Claire Ndoko:

"a funcionarização dos professores tinha levado colegas a tomar-se por funcionários e a comportar-se como tal. Eles tinham esquecido a investigação. Um deles, docente de direito, a quem se censurava o facto de não ter publicado nada havia já cinco

anos, respondeu-nos que não era poeta, e que são os poetas e os romancistas que têm que escrever¹²⁶.

Vemos assim a necessidade de "desfuncionarizar" as mentalidades dos docentes africanos para sair da rotinização das tarefas pedagógicas e provocar a emergência das comunidades científicas no seio das universidades. Impõe-se uma reforma do entendimento. Num contexto económico em que o financiamento de um projecto de investigação repousa muitas vezes sobre a ajuda estrangeira, o que nos ameaça é a asfixia das investigações universitárias. Mais precisamente, a partir da ligação ensino-investigação, trata-se de *ajudar à criação de um meio científico no seio das universidades africanas*.

No que concerne ao homem e à sociedade, as U.E.R. são os meios privilegiados onde, em vários domínios, a produção científica por docente/investigador pode ajudar a África a enfrentar os desafios de hoje e de amanhã. Se o desenvolvimento passa pela investigação científica, equipas pluridisciplinares devem formar-se em redor de projectos de investigação definidos a partir dos grandes desafios da sociedade. A este respeito, seria útil identificar os assuntos de envergadura tendo em conta as prioridades nacionais ou regionais.

Mobilizar o conjunto do dispositivo universitário de investigação e desenvolver a capacidade científica dos docentes é o objectivo que permitirá ao ensino superior valorizar o rico, mas díspar, potencial de que dispõe.

A Contribuição das Ciências do Homem

Não se trata aqui de delimitar os campos sectoriais onde o potencial científico da universidade deve investir-se. Nos domínios relativos às ciências do homem, basta notar que apesar dos graves problemas que se colocam em torno de desafios de raiz nos países onde as pressões da população e os desafios alimentares obrigam a reconsiderar os riscos ecológicos e o peso das dinâmicas locais nos sistemas e nos processos de produção, a prioridade da investigação aplicada já não pode ser só dada ao desenvolvimento rural. É preciso promover os estudos urbanos nas sociedades onde *a cidade é um desafio para os estudos e as políticas africanas*.

Nesta perspectiva, não é mais possível negligenciar os problemas dos jovens e das mulheres em meio urbano; é preciso também assumir os novos temas que se oferecem à análise a partir do mundo do trabalho e

126. Dikala, 25 de Janeiro de 1993.

da empresa, da saúde e do alojamento. Há aí uma "jazida" e um desafio aos estudos africanos na medida em que a antropologia e a sociologia não podem abandonar este sector à economia. As condições de acesso à modernidade constituem um domínio que, em meio africano, interpelam as ciências sociais. É por isso que não é tarde para imaginar uma antropologia das ciências e das tecnologias num ambiente em que a África não escapa às influências da modernidade como no-lo lembra a penetração da informática cuja importância nos processos de mudança social deve ser medida.

No momento em que o surgimento do Estado no coração da universidade tende a reduzir os espaços críticos cedendo à tentação autoritária que culpabiliza os desacordos, o que acontece nos *campus* revela a crise da sociedade global. A degradação das condições de vida e de trabalho lembra-o constantemente.

Ao mesmo tempo, vive-se quotidianamente o drama dos jovens que descobrem que o saber em nada serve àquele que o tem. *Desta forma, convém repensar os estudos a partir dos interesses dos estudantes.* O verdadeiro debate deve incidir sobre a finalidade do ensino superior. Sem encerrar a reforma da universidade nos processos disciplinares e nas transformações administrativas, é preciso interrogar-se acerca do papel da universidade no desenvolvimento económico e social dos países africanos.

Há já uma década que o capital cultural que se apreende nos bancos da escola não é factor de pertença à burguesia do diploma. Com toda a evidência, este tempo acabou. A universidade já não é um lugar de selecção das elites. Como fazer dela o lugar da elaboração de um saber com o qual se alimente a África? Este é o desafio do debate que se impõe a partir das questões levantadas pelo surgimento dos jovens nas sociedades africanas contemporâneas.